

**HABEAS CORPUS Nº 548.847 - MS (2019/0358159-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**IMPETRANTE** : RAFAEL LAURO GAIOTTE DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : RAFAEL LAURO GAIOTTE DE OLIVEIRA - SP308710  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO  
SUL  
**PACIENTE** : EDER JOFRE PAULINO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO  
SUL

**DECISÃO**

Trata-se de pedido liminar, deduzido em sede de **habeas corpus**, impetrado em favor de **EDER JOFRE PAULINO** contra acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul**.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado às penas de 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão, em regime semiaberto, e 350 (trezentos e cinquenta) dias-multa, pela prática do crime capitulado no art. 33, **caput**, c.c. parágrafo 4º, da Lei n. 11.343/2006.

Irresignada, a acusação interpôs recurso de apelação perante o eg. Tribunal de origem, que deu provimento ao apelo, para afastar o tráfico privilegiado, e estabelecer a pena em **06 (seis) anos e 06 (meses) de reclusão e 650 (seiscentos e cinquenta) dias-multa, bem com fixar o regime fechado**, para o início do cumprimento da privativa de liberdade, nos termos do acórdão juntado às fls. 253-266.

No presente **writ**, o impetrante alega que houve afronta aos enunciados das Súmulas n. 718 e n. 719 do Supremo Tribunal Federal e Súmula n. 440 desta Corte Superior, ao argumento de que o regime inicial de cumprimento de pena foi fixado com base na gravidade abstrata do crime praticado.

Requer, ao final, a concessão da liminar, para fixar o regime semiaberto, para o início de cumprimento de pena (fls. 3-15).

É o breve relatório. Decido.

# *Superior Tribunal de Justiça*

O col. Pretório Excelso firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** substitutivo ante a previsão legal de cabimento de recurso pertinente. As Turmas que integram a Terceira Seção desta Corte alinharam-se a esta dicção, e, desse modo, também passaram a repudiar a utilização desmedida do **writ** substitutivo em detrimento do recurso adequado. Entretanto, no caso de flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, a jurisprudência recomenda a concessão da ordem de ofício.

Compulsando os autos, denota-se que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, não restando configurada, **de plano**, flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Na hipótese, considerando a existência de circunstância judicial desfavorável utilizada para exasperar a pena-base do paciente, mostra-se possível a imposição do regime mais gravoso sequente, qual seja, o **fechado**, nos termos do art. 33, parágrafo 3º, do Código Penal.

Assim, nos limites da cognição **in limine**, ausentes os indícios para a configuração do **fumus boni iuris**, a **quaestio** deverá ser apreciada, após uma verificação mais detalhada dos dados constantes dos autos.

Denego, pois, a liminar.

Solicitem-se informações atualizadas à autoridade tida por coatora.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator